

Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários

Macioniro Celeste Filho*

Resumo: Com a reforma universitária de 1968, a Universidade de São Paulo debateu diversas propostas de reorganização que não eram consensuais. Em várias unidades que compunham a USP, foram organizadas comissões de professores, alunos e funcionários, com representação equivalente entre seus membros, para formular propostas de como a USP deveria se constituir. Tais propostas tinham algo em comum: concebiam uma universidade integrada, na qual os currículos seriam flexíveis. Acreditavam ser viável efetivar a substituição de todas as faculdades da USP por institutos. A Câmara Curricular seria criada para organizar a reforma e se constituir como um de seus pilares. Neste artigo, analisam-se as diversas propostas de universidade formuladas pela comunidade acadêmica da USP em 1968.

Palavras-Chave: história da educação, reforma universitária, Universidade de São Paulo

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Bauru. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Bauru – SP. E-mail: marcio.celeste@fc.unesp.br

Teachers, students and staff's ideas on the University of São Paulo in 1968

Macioni-ro Celeste Filho

Abstract: During the 1968 university reform, the University of São Paulo discussed several proposals for its reorganization, albeit disagreement was rife. In several units of USP committees of teachers, students and staff, with equal representations, were urged to formulate proposals and give suggestions on how USP should be. Their proposals had a common basis: they conceived an integrated university and the establishment of flexible curricula. They believed it was viable to replace all the USP faculties by institutes. A Curriculum Board would be established to organize the reform and to be one of its basis. Current research analyzes the different proposals made by the USP academic community in 1968.

Keywords: history of education, university reform, University of São Paulo

La Universidad de São Paulo concebida en 1968 por sus profesores, estudiantes y empleados

Macioniro Celeste Filho

Resumen: Con la Reforma Universitaria de 1968, la Universidad de São Paulo (USP) discutió diversas propuestas de reorganización que no eran consensuales. Varias unidades integrantes de la USP organizaron comités de profesores, estudiantes y empleados, con representación equivalente entre sus miembros, para formular propuestas de cómo la USP debería constituirse. Tales propuestas tenían algo en común: concebían una universidad integradora, en la cual los currículos serían flexibles. Se creía viable realizar la sustitución de todas las facultades de la USP por institutos. Para organizar esta reforma y constituirse como uno de sus eslabones, se crearía el Consejo de Currículo. Este artículo analiza las diversas propuestas de universidad formuladas por la comunidad académica de la USP en 1968.

Palabras Clave: historia de la educación, reforma universitaria, Universidad de São Paulo

Em seus muitos anos de existência, a Universidade de São Paulo passou por diversas crises. Provavelmente, a Reforma Universitária tenha sido uma de suas piores. Contudo, às vezes esquecemos as soluções encontradas pelos membros da Universidade de São Paulo para atravessar e equacionar tais situações. É propósito deste artigo apresentar as contribuições de professores, alunos e funcionários da Universidade de São Paulo em meados de 1968 para a reconfiguração dessa instituição. A concepção da comunidade acadêmica sobre a USP foi preservada na vasta documentação de sua reforma, a qual se encontra arquivada como *Processo da Reitoria da Universidade de São Paulo 29714/66*. Tal documentação foi encontrada quando das pesquisas de doutorado que resultaram no livro *A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960* (Celeste Filho, 2013), no qual foi abordada apenas a comissão paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Contudo, julgou-se que a contribuição das demais unidades da USP para sua reestruturação em 1968 merecia divulgação, o que torna evidente a pertinência deste artigo.

A reforma universitária foi uma das chamadas reformas de base do governo João Goulart. Em 1961, no início de seu mandato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – estabeleceu os princípios elementares da reorganização universitária a ser desencadeada em breve. Concomitante à LDB, também em 1961, a institucionalização inédita da Universidade de Brasília apontava o rumo a ser adotado pelas universidades no Brasil. Em fevereiro de 1963, organizado pelo Ministério de Educação e Cultura, ocorreu em Brasília o Simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia. O encontro dos principais diretores dessas faculdades funcionou como marco inicial da iminente Reforma Universitária. Representando a USP, participaram desse simpósio Florestan Fernandes (1984) e Paulo Sawaya (1963). Em seu último discurso sobre o tema, João Goulart (1964) defendeu que os diversos cursos superiores fossem divididos em dois ciclos: básico e profissional. Apontou também a necessidade de ampliação das vagas nesses cursos. O golpe de estado de 1964 interrompeu momentaneamente a reestruturação das universidades brasileiras. O debate sobre a Reforma Universitária foi retomado em 1965 por iniciativa do Conselho Federal de Educação, principalmente por insistência de Maurício Rocha e Silva (1965), membro do CFE, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e catedrático de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Ribeiro Preto, da USP.

A Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo foi criada em 14 de outubro de 1966, sendo composta pelo reitor e nove professores¹. Em 1968, após a violenta invasão estudantil à reitoria da USP em 12 de junho, a comissão foi pressionada a apresentar o quanto antes sua proposta de reforma. Isto ocorreu em 26 de junho de 1968, com a divulgação do *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo* (Universidade de São Paulo [USP], 1968a). Tal proposta foi analisada detalhadamente por Luiz Antônio Cunha (1988), que foi um contraponto salutar aos escritos de Heladio Antunha (1974) sobre as comissões paritárias da USP. Antunha descreveu as comissões paritárias como proponentes da subversão da organização universitária de então. Ele estava correto. As comissões paritárias pretendiam uma nova USP. Beatriz Fétizon (1986) foi mais generosa ao se deparar com a atuação dessas comissões. Assim como Florestan Fernandes (1984) e Helio Oliveira (1995), ao analisar o papel das comissões paritárias na reforma da Universidade de São Paulo, muitos outros autores trataram da USP no contexto da reforma universitária. Contudo, em razão do espaço permitido para este artigo, não será possível um debate historiográfico apropriado, de forma que o diálogo com outros autores terá que ficar para um texto posterior. Optou-se, portanto, pela análise descritiva da documentação pesquisada.

Em linhas gerais, o *Memorial* evitava dividir as futuras unidades da universidade entre a pesquisa teórica ou a formação profissional. Ambas as funções deveriam ser desempenhadas pelos institutos que substituiriam as unidades anteriores da USP. Os dezessete novos institutos, abrangendo as diversas áreas do saber, seriam compostos por departamentos, que substituiriam as cátedras. Haveria uma câmara curricular para a apreciação dos currículos dos diversos cursos da universidade.

Em 1 de julho de 1968, Mario Guimarães Ferri, reitor em exercício, em mensagem de esclarecimento, propôs que o *Memorial* fosse discutido

¹ Mário Guimarães Ferri, reitor em exercício, diretor licenciado da FFCL e presidente da comissão; Roque Spencer Maciel de Barros, FFCL, relator; Adalberto Mendes dos Santos, Faculdade de Direito; Carlos da Silva Lacaz, Faculdade de Medicina; Erasmo Garcia Mendes, FFCL; Eurípedes Malavolta, ESALQ; Guilherme Oswaldo Arbenz, Faculdade de Medicina; Luiz de Freitas Bueno, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; Paulo Carvalho Ferreira, Faculdade de Farmácia e Bioquímica; Tharcisio Damy de Souza Santos, Escola Politécnica.

pelos conselhos departamentais ou pelas congregações das diversas unidades da USP. O Conselho Universitário estabeleceu calendário destinando o mês de julho para o exame do *Memorial*. “No mês de agosto, serão realizados debates com integrantes dos corpos docentes e discentes” (USP, 1968b, p. 7). No entanto, a Reitoria e o Conselho Universitário não especificaram os mecanismos para a realização dos debates com integrantes dos corpos docentes e discentes, isso seria incumbência das diversas unidades. Algumas delas debateram o *Memorial* apenas no âmbito de sua congregação. Outras criaram comissões paritárias de professores e alunos, com número equivalente de seus membros e alguma representação mínima dos funcionários. Eram geralmente formadas por um pouco mais de vinte componentes. Algumas unidades criaram comissões paritárias com representação equivalente de professores, alunos e funcionários. Organizaram-se, nesta última configuração, as comissões paritárias da Escola de Enfermagem e da Faculdade de Higiene e Saúde Pública². Outras unidades simplesmente ignoraram o comunicado do reitor e do Conselho Universitário.

A USP era composta então por 17 faculdades e 11 institutos (como o Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de Biologia Marinha, Instituto de Pré-História etc.). Das 28 unidades da USP, 19 elaboraram propostas para sua reforma, conforme apresentado no quadro 1.

Unidade da USP	Data	Proposta elaborada por:	Processo RUSP 29714/66
ECC – Escola de Comunicações Culturais	17/09/68	Corpo docente da ECC	v. 3 – p. 705-709
EESC – Escola de Engenharia de São Carlos	28/08/68	Comissão Paritária da EESC	v. 2 – p. 460-471
EF – Escola de Enfermagem	16/09/68	Comissão Paritária da EF	v. 3 – p. 691-704
EP – Escola Politécnica	18/09/68	Congregação da EP	v. 3 – p. 752-756
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”	05/09/68	Comissão Paritária da ESALQ, com aprovação da	v. 3 – p. 631-657

² Para acompanhar um exemplo da atuação de uma comissão paritária, é apropriado consultar a composição e o cotidiano detalhados pela comissão paritária da FHSP, 1968, p. 564-565 e 588-630.

		Assembleia Universitária da ESALQ	
FCEA – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas	29/08/68	Comissão Paritária da FCEA, com aprovação da Congregação da FCEA	v. 2 – p. 479- 527
FERNANDES, Florestan – docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL	12/08/68	Florestan Fernandes afirma que “[...] a apreciação [do texto] foi feita, originalmente, na reunião conjunta da Congregação com estudantes e demais membros do corpo docente [da FFCL]”	v. 2 – p. 431- 459
FFB – Faculdade de Farmácia e Bioquímica	17/09/68	Congregação da FFB	v. 3 – p. 710- 713
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	18/09/68	Comissão Paritária da FFCL	v. 3 – p. 734- 751
FHSP – Faculdade de Higiene e Saúde Pública	05/09/68	Comissão Paritária da FHSP, com aprovação da Congregação da FHSP	v. 3 – p. 564- 630
FMRP – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	30/08/68	Comissão Paritária da FMRP, com aprovação da Assembleia Universitária da FMRP	v. 2 – p. 472- 479
FMV – Faculdade de Medicina Veterinária	16/09/68	Congregação da FMV	v. 3 – p. 682- 690
FO – Faculdade de Odontologia	17/09/68	Comissão Paritária da FO	v. 3 – p. 726- 733
FOB – Faculdade de Odontologia de Bauru	02/09/68	Comissão Paritária da FOB	v. 2 – p. 528- 535
IAG – Instituto Astronômico e Geofísico	17/09/68	Abrahão de Moraes, Diretor do IAG	v. 3 – p. 757- 761
IBM – Instituto de Biologia Marinha	16/09/68	Paulo Sawaya, Diretor do IBM	v. 3 – p. 673- 681
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros	29/08/68	Conselho de Administração do IEB	v. 2 – p. 536- 552

IG – Instituto de Geografia	17/09/68	Conselho de Administração do IG	v. 3 – p. 762-765
IO – Instituto Oceanográfico	17/09/68	Conselho de Administração do IO	v. 3 – p. 766-771
IPH – Instituto de Pré-História	12/09/68 e 25/09/68	Paulo Duarte, Diretor do IPH	v. 3 – p. 658-664 e v. 3 – p. 773-775

Quadro 1. Listagem das propostas enviadas à Reitoria da USP (RUSP) em 1968.

Fonte: Processo da Reitoria da USP 29714/66.

Algumas unidades da USP reagiram negativamente às propostas de reformulação institucional contidas no *Memorial*. Entre as quatro faculdades que não se manifestaram estavam duas das mais importantes e tradicionais unidades da universidade. A Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina não se deram ao trabalho de responder à solicitação do reitor e do Conselho Universitário. Ignoraram a existência do *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*. As outras duas faculdades silenciosas foram a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Existe a possibilidade de que a contribuição dessas unidades tenha se perdido, mas, considerando a importância do tema, a probabilidade é pequena. Isso não significa que não tenha ocorrido ampla discussão sobre a Reforma Universitária nestas faculdades, mas apenas que tal debate não resultou em um encaminhamento oficial de proposta institucional à Reitoria da USP.

Entre as unidades que se manifestaram contra o *Memorial*, a Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária defendeu explicitamente que tudo continuasse como estava. Se fosse absolutamente necessária, a alteração deveria ser implementada somente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Faculdade de Medicina Veterinária [FMV], 1968, p. 687). A recusa mais lacônica em debater as propostas do *Memorial* foi enviada pela Faculdade de Farmácia e Bioquímica:

A Congregação da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, reunida para oferecer subsídios à reestruturação da Universidade de São Paulo, decide apresentar o seu repúdio aos princípios teóricos e de estrutura apresentados para a Universidade de São Paulo no *Memorial sobre a reestruturação da*

Universidade de São Paulo, considerando-o alheio ao seu pensamento (Faculdade de Farmácia e Bioquímica [FFB], 1968, p. 710)³.

Outras unidades recusaram partes específicas do *Memorial*. É o caso dos seis institutos universitários que responderam ao reitor. O *Memorial* previa que os institutos já existentes na USP passassem a se denominar ‘centros’ e que fossem subordinados a um ou mais institutos a ser criados com a reforma. Opondo-se à proposta, eles defendiam a manutenção de sua autonomia em equivalência aos institutos a ser criados. Paulo Duarte (IPH, 1968a), um dos fundadores da USP e diretor do Instituto de Pré-História, reivindicava também maior representação desses institutos no Conselho Universitário.

Entretanto, a maioria das unidades aprovava as ideias reformistas do *Memorial* e apresentava detalhadamente propostas inovadoras de como a USP deveria ser reestruturada. Enfim, sob a ótica de seus professores, alunos e funcionários, como deveria se constituir a Universidade de São Paulo? A documentação pesquisada não permite a identificação individual dos autores das propostas, razão pela qual estes serão aqui tratados como sujeitos coletivos de propostas coletivas. De modo geral, os posicionamentos das congregações representam posturas de docentes no topo da carreira acadêmica, os catedráticos. Os documentos formulados pelas comissões paritárias apresentam as visões de docentes em posição intermediária na carreira acadêmica, manifestações de alunos reformistas do movimento estudantil e de funcionários ligados ao movimento sindical da universidade. As propostas não foram consensuais e, por isso, no artigo, serão destacadas as formulações mais recorrentes nos diversos documentos enviados à Reitoria em meados de 1968, bem como as reações discordantes de algumas unidades a tais propostas.

Existe um aspecto que é consensual nas propostas das diversas unidades da USP: a necessidade legal de fixação de um percentual do orçamento do Estado, ou de seus impostos, para a efetivação da autonomia financeira da universidade. A maioria das unidades afirmava isto. Entre vários exemplos possíveis:

³ Para facilitar as referências, os nomes das unidades da USP são mencionados por suas siglas. Ao término do texto, nas referências, tais siglas também serão adotadas.

A Universidade deverá contar com os meios indispensáveis para a sua missão, correspondentes a um percentual mínimo, fixo em relação ao orçamento financeiro anual do Estado de São Paulo (Faculdade de Odontologia [FO], 1968, p. 729).

Somos de opinião que as dotações orçamentárias na base de alíquotas sobre certos impostos ou sobre a renda do Estado será a o mais recomendável (Escola de Enfermagem [EF], 1968, p. 694).

Esta percentagem em relação ao orçamento estadual deveria aumentar, caso a universidade se expandisse:

Esta porcentagem orçamentária deverá crescer proporcionalmente à expansão da Universidade (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto [FMRP], 1968, p. 473).

É apropriado ressaltar que o atendimento de tal reivindicação foi conquistado a duras custas somente duas décadas depois de ter se tornado consensual na USP. O aumento do percentual da alíquota orçamentária do Estado caso a universidade se expandisse, demanda atual das universidades públicas paulistas, nunca foi implantado.

Existe uma lógica comum que aproxima as propostas de várias unidades. Sinteticamente, muitas delas acreditavam ser viável efetivar a substituição de todas as faculdades da USP por institutos. Tal mudança não seria apenas formal, mas substancial. Os institutos ministrariam simultaneamente disciplinas básicas e disciplinas profissionais. Haveria flexibilidade curricular para o aluno frequentar disciplinas em institutos diferentes. A formação profissional seria dada por um número limitado de disciplinas. Com isso, a flexibilidade curricular proporcionaria formação profissional para carreiras novas, uma necessidade social premente. Isto não seria incompatível com a formação profissional tradicional, revitalizando a formação nas carreiras profissionais antigas, pois os alunos circulariam entre diversos institutos ao cursar várias disciplinas optativas. A coesão da universidade seria resultado palpável dessas mudanças. Para organizar esta reforma e se constituir como um de seus pilares, seria necessária a criação da Câmara Curricular, órgão gestor das mudanças dos currículos universitários.

A proposta da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, aprovada por sua Congregação, exemplifica esta visão da universidade a ser criada com a reforma:

Na Universidade integrada [...] não deverá haver faculdade alguma, mas apenas Institutos. Por quê? Porque a Faculdade, como é comumente entendida – e esse entendimento é justificado pela tradição – é, de certo modo, um estabelecimento completo, com uma destinação particular e específica. As faculdades tendem a viver uma ao lado da outra, cada uma delas voltada para esse fim específico que se realiza autarquicamente, sem que se estabeleça uma real convivência, em termos de ensino ou de investigação. O Instituto, como é aqui concebido, só se justifica, ao contrário, pela sua inter-relação com os demais, já que nenhum persegue um fim separado dos demais: eles cumprem, articuladamente, uma tarefa comum de investigação e ensino, já que estão todos referidos à unidade do saber (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas [FCEA], 1968, p. 515).

Algumas unidades destacaram que isto não significava diferenciá-las entre institutos básicos e institutos profissionais. Todos os institutos teriam disciplinas com as duas funções:

A estrutura atual do ensino universitário, constituída por unidades profissionais isoladas, deve ser substituída por um sistema de ensino integrado. [...] Embora o currículo compreenda ciclos básico e profissional, isto não implica na existência de Institutos exclusivamente básicos ou exclusivamente profissionais (FMRP, 1968, p. 473 verso-474)

Havia um sentimento de diferenciação entre as três unidades que existiam anteriormente à fundação da USP – a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina – e as demais unidades criadas ou incorporadas desde 1934. As três unidades mencionadas eram tradicionais na formação profissional. A transformação de todas as unidades em institutos, tanto com formação profissional como básica, visava diminuir a sensação de que algumas unidades seriam mais ou menos importantes do que as outras. Buscar a equivalência na forma de institutos era uma maneira de romper com essa distinção. Portanto, não

caberia a diferenciação entre institutos profissionais e institutos básicos, senão tudo continuaria como estava.

Institutos com formação básica e profissional, simultaneamente, seriam a premissa para a universidade integrada, para currículos flexíveis e para maior autonomia dos alunos na condução de sua carreira universitária:

O aluno da Universidade – e não deste ou daquele Instituto – seguindo o ensino das disciplinas em mais de um Instituto, encontrará no currículo a unificação dos seus estudos. E, como haverá múltiplas disciplinas integrantes de diferentes currículos, sem excessiva dificuldade o estudante poderá transferir-se de um para outro currículo, aproveitando os estudos já feitos, corrigindo, a qualquer momento, uma opção que venha a resultar insatisfatória (FCEA, 1968, p. 520).

A visão de que o aluno entraria para a universidade e não para este ou aquele instituto, podendo circular entre unidades diferentes, era compartilhada por muitos integrantes da USP.

Os institutos, em *campi* diferentes, organizados em departamentos e em equivalência na estrutura universitária, foram esquematizados em ilustração pela ESALQ, conforme apresentado na figura 1:

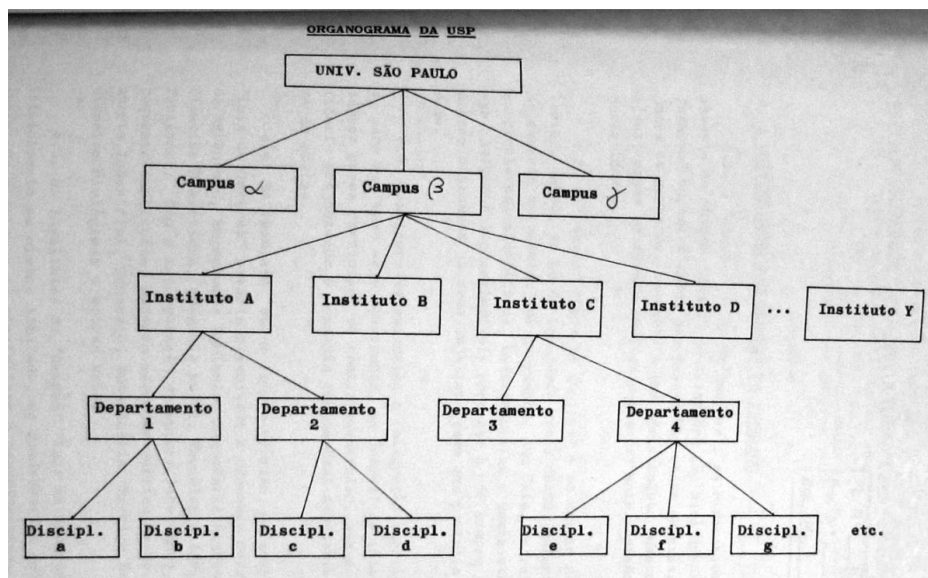


Figura 1. Proposta para a organização institucional da USP.

Fonte: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” ([ESALQ], 1968, p. 640).

Porém, havia outra concepção universitária concorrente. Algumas unidades da USP propuseram que disciplinas básicas fossem oferecidas em institutos básicos e, separadamente, formação profissional oferecida em institutos profissionais, nos moldes da Universidade de Brasília:

Em nosso entender, a instalação de Institutos Centrais ou Básicos e de Institutos Profissionais, estes constituídos pelas atuais escolas profissionais, seria uma solução mais razoável, visando reduzir o número de Institutos; respeitar a necessidade de coordenação profissional; integrar a Universidade através dos cursos básicos (Escola de Enfermagem [EF], 1968, p. 696).

Para tanto, não se propunha uma ampla reforma em todas as unidades da USP, bastaria o desmembramento de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a criação de institutos básicos. As demais unidades profissionais contariam com alguma formação básica que seria oferecida nesses novos institutos. Porém, tais unidades permaneceriam exclusivamente voltadas para a formação profissional, não carecendo de mudança em suas tradicionais denominações nem de ser transformadas em

institutos. A Escola Politécnica, uma das principais unidades da USP, defendia tal proposta:

[A Escola Politécnica] considera aceitável uma experiência de integração, com a criação na Universidade de cursos básicos gerais de graduação. Sendo esses cursos desenvolvidos em paralelo (ou em regime de coexistência) com os cursos atuais. [...] [Isto é], funcionando simultaneamente com os cursos tradicionais (Escola Politécnica [EP], 1968, p. 754).

Eram duas visões diferentes, antagônicas. O embate entre essas duas concepções – institutos equivalentes e interdependentes na formação acadêmica ou faculdades de formação profissional autônomas, convivendo paralelamente com institutos básicos – foi determinante para a configuração da universidade que se pretendia reinventar.

Além da transformação das unidades da universidade em institutos, outro tema recorrente nas propostas das diversas unidades foi a necessidade de implantação de currículos flexíveis nos cursos da USP:

A flexibilidade dos currículos será a principal característica do ensino oferecido pela Universidade. [...] A flexibilidade dos currículos, bem como sua revisão anual, constituem condições essenciais ao sistema de reestruturação proposto, a fim de possibilitar maior integração do ensino dentro da Universidade e permitir transferências de acordo com o número de vagas por disciplina (ESALQ, 1968, p. 638 e 644).

Com isto, a USP se tornaria numa instituição também flexível:

A Universidade deverá emergir desta reforma com uma estrutura flexível, o mais possível simplificada e aberta para que as mudanças – desta época de profundas transformações técnico-culturais – se processem rapidamente (Escola de Engenharia de São Carlos [EESC], 1968, p. 460 verso).

Em mais de três décadas de existência, a USP havia se tornado uma instituição demasiadamente burocratizada. A reforma universitária era vista como oportunidade de aliviar o caráter moroso dos procedimentos decisórios e administrativos.

Algumas unidades apresentaram a proposta de currículos flexíveis como uma demanda do país. Não se tratava apenas de questão interna da universidade, mas de adequá-la à realidade nacional:

Ao refletirmos sobre a reforma universitária, notamos que ela deve levar em consideração o desenvolvimento do país, que reclama a generalização do Ensino Médio e a oportunidade do Ensino Superior para toda a população. Por conseguinte, a reforma deve preparar a Universidade para atender ao conjunto da população, sem distinção de categoria social, política, racial e religiosa. [...] A industrialização e a mudança tecnológica processam-se hoje em ritmo vertiginoso, exigindo não só contínua profissionalização da força de trabalho, como extremo dinamismo na adaptação do sistema de ensino a uma realidade em rápida transformação. São muitos os que, estando no exercício de suas atividades profissionais, sentem a necessidade de voltar aos bancos escolares para adquirir novos conhecimentos, mostrando que a atual concepção de ensino universitário deve ser reformulada. [...] [entre outros objetivos] A estrutura universitária deverá apresentar flexibilidade curricular, permitindo opções profissionais nos diferentes graus de aprendizado, de modo que os conhecimentos adquiridos sejam convenientemente aproveitados (Faculdade de Higiene e Saúde Pública [FHSP], 1968, p. 571-573).

Segundo esta visão, o mercado de trabalho ganhara tal dinamismo que a formação tradicional na universidade não dava mais conta das transformações vertiginosas do período. O aluno, como cidadão e também como futuro profissional, tinha novas expectativas. Ele demandava mais liberdade de escolha no sistema universitário. A flexibilidade curricular sanaria a carência de sinergia entre um aluno desejoso de maior autonomia e o mercado profissional em contínua mutação:

[Os currículos] devem ser flexíveis, para poderem atender às diferentes nuances da demanda profissional; para que o aluno tenha a possibilidade de uma escolha que melhor atenda suas capacidades e seus objetivos, quer como cidadão, quer como futuro profissional. [...] Para atenderem o requisito de flexibilidade, [os currículos] devem permitir uma elevada percentagem de disciplinas optativas, reduzindo ao mínimo, compatível com a formação

integrada dentro de cada curso, o número de disciplinas obrigatórias (FCEA, 1968, p. 487).

Mesmo que não concluísse um curso, o aluno poderia utilizar os conhecimentos adquiridos em algumas disciplinas para criar ocupações profissionais inéditas:

O estudante aprovado em apenas algumas disciplinas poderá obter um Certificado de Estudos Universitários, no qual constarão a duração dos cursos e a especificação das disciplinas. Dessa maneira, o estudante poderá habilitar-se para profissões não regulamentadas, porém necessárias para a sociedade (FMRP, 1968, p. 477).

Com a flexibilidade curricular, a universidade se diversificaria, tendo condições de formar concomitantemente tanto profissionais quanto cientistas:

Haverá dentro da Universidade condições para se formar profissionais de diferentes níveis, dependendo das pretensões de cada aluno e lembrando ainda que o país precisa de profissionais capazes de atender as necessidades mais prementes. O país precisa formar cientistas capazes de enfrentar a concorrência internacional, permitindo assim colocá-los, num prazo não muito longo, em pé de igualdade relativamente a países mais avançados (EESC, 1968, p. 467 verso).

Institutos equivalentes e interdependentes na formação profissional e currículos flexíveis eram dois lados da mesma moeda. O que esta concepção vislumbrava era que além de formação profissional, essa nova configuração universitária também seria mais propícia para a formação científica.

Incorporando o conceito de currículos flexíveis, uma proposta de organização dos cursos da USP foi exemplificada pela ESALQ, conforme apresentado na figura 2:

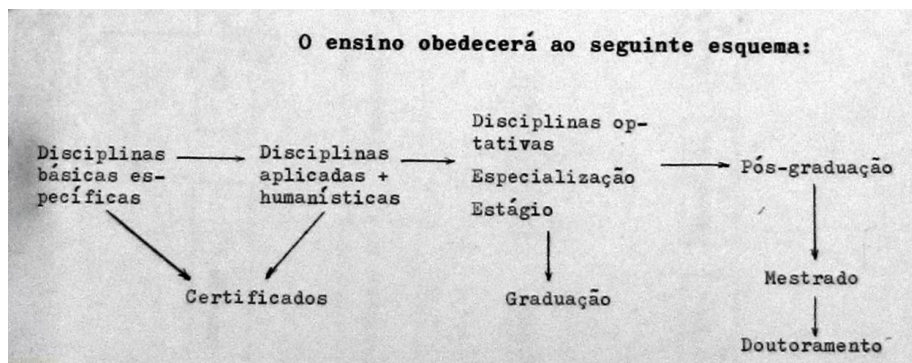


Figura 2. Proposta para a organização dos cursos na USP.

Fonte: ESALQ (1968, p. 639).

O esquema elaborado pela ESALQ contemplava vários tipos de formação. Cursar apenas disciplinas básicas ou disciplinas de formação profissional possibilitaria certificados parciais de estudos universitários. Isto seria adequado para quem já estava no mercado de trabalho e necessitasse de formação continuada. A graduação seria concluída com as disciplinas optativas e de especialização profissional, abrindo a possibilidade de continuação da carreira científica na pós-graduação.

A flexibilidade curricular foi tema recorrente nas propostas de reforma da USP. Havia a concepção de que a diversificação das carreiras universitárias era necessária. Maria das Graças Marcelo Ribeiro (1999) chamou a atenção para o paradoxo: de um lado, a reforma universitária concebia que o Ensino Superior no país fosse constituído de universidades; por outro, na década de 1970, proliferavam estabelecimentos isolados de Ensino Superior, majoritariamente criados pela iniciativa privada. A autora, em obra de 2002, aprofundou sua análise da diversificação do Ensino Superior brasileiro nas últimas décadas do século XX. O sistema universitário foi diversificado após 1968. O que algumas unidades da USP propunham então era que a própria universidade fosse diversificada internamente, sendo capaz de se transformar em uma universidade multifacetada, receptiva a diversos tipos de alunos, que seriam habilitados a inventar novas profissões em carreiras universitárias flexíveis.

Porém, essa nova percepção de uma lógica profissional flexível exigiria uma mudança não só na USP, mas em toda a sociedade, pois o mercado de trabalho de profissões tradicionais era bastante estático. Ao

adotar a flexibilidade curricular, a USP teria que induzir a uma mudança geral na concepção profissional do país:

Embora a legislação vigente a respeito dos currículos mínimos para as profissões regulamentadas signifique por um lado um mínimo de uniformidade nos currículos, por outro, pode significar uma limitação aos fins que se propõe a nova Universidade. Desta forma, cremos que, no estabelecimento dos currículos da Universidade, não deve ser considerada como inalterável esta legislação, buscando-se, porém, ajustá-la sempre às necessidades que surjam pela evolução da realidade social (FCEA, 1968, p. 520).

Usando de uma analogia anacrônica, era como se a luta contra as corporações de ofício, como a do liberalismo francês no século XVIII, fosse um embate apropriado para modernizar o país. A flexibilidade curricular e a criação de um mercado profissional dinâmico resultariam na revolução cultural, econômica e social do Brasil.

A liberdade de inovação poderia emergir nas disciplinas a ser criadas como parte não obrigatória dos currículos de cada curso e, portanto, era necessário abrir espaço para as disciplinas optativas. Alunos conservadores teriam a formação profissional tradicional; já alunos inovadores, teriam sua criatividade abrigada em disciplinas de sua livre escolha. Essa combinação resultaria tanto na formação de profissionais inovadores como no incentivo às carreiras científicas. A universidade integrada seria capaz dessa tripla possibilidade de formação acadêmica.

O equilíbrio curricular entre essas três possibilidades de carreira universitária – formação profissional tradicional, formação profissional inovadora e formação científica – seria dado por um órgão institucional inédito, a Câmara Curricular.

A Câmara Curricular estabelecerá o currículo básico para cada curso oferecido pelo campus. O número total de créditos de cada currículo básico deverá oscilar entre 70 e 75% do mínimo total de créditos correspondentes a cada curso. Os créditos não constantes do currículo básico devem ser escolhidos pelo aluno, que terá à sua disposição um orientador (EESC, 1968, p. 467 verso).

A Câmara Curricular era fundamental para a nova configuração que alguns setores da instituição almejavam para a USP. Isto estava evidente no *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*:

Nenhum Instituto será responsável pela formação de um profissional completo, motivo pelo qual os currícula, como instrumentos unificadores de diversas disciplinas, em função de um objetivo de formação teórica e profissional, hão de ser planejados por um organismo no qual todos os Institutos estejam representados e ao qual a Comissão de Reestruturação deu o nome de ‘Câmara Curricular’. [...] Para além das profissões regulamentadas, há uma multiplicidade de profissões que exigem, para o seu adequado desempenho, uma boa qualificação universitária: com os currículos flexíveis, a Universidade poderá formar indivíduos aptos para todas elas, ajustando-se, sempre às solicitações da vida sócio-econômica a aos múltiplos e variados interesses dos estudantes. [...] [Com a Câmara Curricular] a Universidade ganhará uma mobilidade impressionante, uma capacidade de ajustar-se permanentemente ao que dela se espera, sem atritos, despropositadas elevações de custo ou delongas insuportáveis. E há mais: essa organização poderá permitir que se atendam às mais diversas reivindicações, desde que bem fundadas, dos estudantes. Nada impede que se organize, sem qualquer elevação de custos, um currículo especial até mesmo para um só estudante. Basta que este mostre à Câmara Curricular o interesse das combinações de estudos que deseja realizar (USP, 1968a, p. 25-26, grifo do autor).

Algumas unidades apontaram a necessidade de assessoria profissional na composição desse órgão:

A Câmara Curricular disporá de assessoria técnica com pedagogos, psicólogos e sociólogos. Essa equipe permanente servirá tanto na planificação geral dos cursos como orientação dos alunos na escolha e mudança de currículos. As Comissões de Ensino dos Institutos serão partes variáveis da Câmara Curricular, na qual se integrarão sempre que esta discutir e deliberar sobre assunto relacionado com os respectivos Institutos (FMRP, 1968, p. 475 verso).

Outras unidades expressaram claramente que a Câmara Curricular deveria ter representação equilibrada entre os diversos institutos a ser

criados com a reforma, indicando a necessidade inclusive de representação estudantil nesse novo órgão:

A Câmara Curricular será composta de dois representantes por Instituto, eleitos pelos respectivos Conselhos, mais um representante dos alunos por Instituto, eleitos pelos seus pares. O Diretor da Câmara Curricular deverá ser o Vice-Reitor da Universidade (ESALQ, 1968, p. 653).

A Câmara Curricular seria o segundo órgão em importância decisória na USP, abaixo apenas de seu Conselho Universitário. Portanto, a definição de seus membros era fator de suma importância. Algumas unidades defendiam maior representação; outras propunham a participação das diversas comissões de ensino já existentes como órgãos assessores da Câmara Curricular. Enfim, a ideia da Câmara Curricular era um conceito ainda em amadurecimento no segundo semestre de 1968.

As faculdades refratárias à transformação de todas as unidades da USP em institutos interdependentes na formação profissional foram coerentemente contrárias à criação da Câmara Curricular:

Quanto à Câmara Curricular, esta Congregação julga que os currícula somente podem ser estabelecidos por conjunto de especialistas da respectiva área. (FMV, 1968, p. 689)

[A Escola Politécnica] considera inaceitável a fixação dos currícula dos cursos por uma Câmara Curricular, formada por representantes de todos os Institutos da Universidade, muitos dos quais atuando em áreas sem nenhuma conexão com as ciências exatas e a tecnologia, e na qual [a Escola Politécnica] teria apenas um representante (EP, 1968, p. 753, grifo do autor).

A disputa entre concepções antagônicas para a reforma universitária, isto é, institutos interdependentes ou faculdades autônomas; currículos flexíveis ou organização curricular profissional prioritária; universidade integrada ou universidade conglomerada, somente poderia ser decidida pela pressão do movimento estudantil. Ao menos, a situação foi assim apresentada por Florestan Fernandes (1968, p. 436):

Ao deixar meridianamente claro o que podia e o que não podia fazer ou sugerir, a Comissão de Reestruturação da USP prestou-nos um grande serviço.

Agora, ninguém mais poderá duvidar da legitimidade e da necessidade de uma pressão externa, que atue como poder precipitador, não apenas de modo fermentativo, mas coativo. Se os professores não se dispõem (porque não querem ou porque não podem) a avançar até aonde devemos ir, cumpre que outros fatores do ambiente adaptem a sua capacidade de consciência e de ação educacionais ao que a sociedade brasileira, a época e o novo padrão de civilização estão exigindo do ensino superior e da universidade.

Nesse sentido, uma das estratégias vislumbradas por algumas unidades para a implantação de suas propostas, principalmente para as unidades que analisaram o *Memorial* em comissões paritárias, era a conquista de representação estudantil significativa nos órgãos de poder a ser criados com a reforma. Cogitava-se que somente com a pressão dos estudantes suas demandas teriam chances de efetivação. Algumas unidades recomendavam maior representação estudantil e de modo apenas genérico, sem definir sua proporção:

Com respeito à administração da Universidade em seus diversos escalões, [...] é aconselhável a representação do corpo discente em todos os órgãos administrativos da Universidade de São Paulo em número maior do que o estabelecido por lei atualmente, pois é de todo salutar e benéfica a sua participação, pela contribuição que podem trazer através de observações, críticas e sugestões (Faculdade de Odontologia de Bauru [FOB], 1968, p. 535).

Outras unidades reivindicavam a proporção paritária, isto é, equivalência de professores e alunos nos órgãos decisórios da futura universidade. Não se concebia administração paritária, mas decisões institucionais paritárias:

Uma Universidade que pretenda exercer função crítica não pode ser gerida por uma direção imposta. Cabe a ela própria dirigir-se, isto é, fazer com que todas as decisões sobre a sua função e objetivos, como as respectivas consequências práticas, sejam tomadas e efetivadas em seu âmbito pelos que a integram: professores e alunos, assegurada a participação do pessoal técnico e administrativo, que devem pensar os objetivos da Universidade e executar todas as medidas para a concretização dos mesmos. [...] Não se trata de negar a existência de problemas especificamente técnicos, nem a desigualdade de

competências. Não se pretende em absoluto que todas as tarefas possam ser exercidas por quaisquer professores ou alunos. O que se pretende é que assembleias e colegiados paritários decidam como devem ser distribuídas as responsabilidades através das diferentes funções. Neste sentido, a participação paritária dos estudantes não virá questionar a hierarquia real do saber; virá antes valorizá-la e protegê-la da hierarquia administrativa e burocrática (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [FFCL], 1968, p. 737)

Nessa concepção, o equilíbrio entre professores e estudantes nos órgãos decisórios protegeria a hierarquia baseada no saber diante dos desgastes burocráticos dos órgãos administrativos. A exceção foi a Faculdade de Higiene e Saúde Pública, que analisou a proposta de reformulação universitária e optou por uma comissão paritária composta por 7 professores, 7 estudantes e 7 funcionários. A FHSP, em parecer aprovado por sua Congregação, propôs que esse tipo de paridade, com representação equivalente também dos funcionários, fosse mantida na composição dos conselhos dos institutos que substituiriam todas as faculdades da USP:

Todo Instituto terá um Conselho composto por um mesmo número de docentes, alunos e funcionários (FHSP, 1968, p. 577).

A situação dos funcionários da USP foi tema pouco explorado nas propostas enviadas à Reitoria, com raras menções:

No plano da administração cumpre conferir autonomia e efetiva capacidade de realização técnica aos funcionários, em todos os níveis hierárquicos. A atual ordem institucional é anômala, porque ela estende a onipotência do professor às funções para as quais ele não está (nem poderia estar) preparado, gerando uma tutela tão extravagante quão perniciosa, que priva os funcionários do grau de responsabilidade e do poder de decisão de que necessitam para realizar com eficácia os seus papéis específicos. Nesse nível, a rebelião ainda não surgiu nem mesmo em forma larvar. O funcionário, até quando se acha em ‘posição de chefia’, vê-se e é representado como um ‘subordinado’, alguém que deve obediência ao professor inclusive em assuntos que escapam à rotina da administração escolar. No entanto, muitos aspectos da intermitente ‘crise da USP’ lançam raízes e se explicam por esse lapso institucional, que anula ou

restringe a contribuição construtiva que os funcionários poderiam dar para a modernização e a racionalização dos vários serviços da instituição (Fernandes, 1968, p. 454, grifo do autor).

Enquanto a comissão paritária da FFCL defendia órgãos decisórios com representação equivalente de professores e alunos como instrumento de proteção da hierarquia baseada no saber em relação à burocracia administrativa, Florestan Fernandes, da mesma FFCL, afirmava que também era necessária a proteção dos funcionários em relação tanto à burocracia administrativa quanto à posição de autoridade da hierarquia baseada no saber. A composição dos diversos protagonistas na USP era concebida como disfuncional. Eram propostos meios de proteção de categorias distintas em relação umas às outras para que a universidade alcançasse um equilíbrio entre o saber e o fazer.

Como o *Memorial* propunha a organização universitária em departamentos, em detrimento das cátedras, a carreira docente foi tema das propostas de reformulação da USP. Ao criticar o *Memorial*, a descrição da carreira acadêmica feita por Florestan Fernandes (1968, p. 445-446, grifo do autor) ainda conserva grande tenacidade:

Absorvemos, aos poucos, todos os títulos das demais universidades do mundo moderno – primeiro, o de doutor e de professor por concurso de cátedra; depois, o de livre-docente; mais tarde, o de mestre. Assim, misturamos todos os títulos da tradição universitária europeia e norte-americana. Não obstante, trata-se mais de uma corrida de obstáculos, que de uma tentativa de organizar frutiferamente o pensamento criador e inventivo. Por isso, ela institui a devastação improfícua da inteligência, sem fomentar uma emulação dos espíritos para as obras ou realizações de real envergadura. No fundo, o talento vinga à revelia desse sistema de torturas sem paralelo, que compele o ‘universitário’ a inverter os melhores anos de sua vida em trabalhos frequentemente destituídos de significação efetiva para o progresso do conhecimento humano. O pior é que o padrão de carreira assim alicerçado lança raízes numa compreensão estamental do ‘professor universitário’ e gera, por sua vez, privilégios de caráter estamental. Em consequência, a carreira só é ‘aberta’ e ‘competitiva’ na aparência. No fundo, todo docente se converte num ente privilegiado, que não pode ser destituído de seus privilégios mas que pode aumentá-los, ampliando as margens de sua nobilitação pela acumulação de

títulos. Por mais que se preze, na USP, esse padrão de carreira ao qual ela infundiu o máximo de seriedade possível e institucionalizou legalmente, é óbvio que não podemos defendê-lo seriamente e, muito menos, supor que através dele chegaremos à universidade integrada e multifuncional. Desviando a melhor parte de suas energias criadoras para enfrentar e vencer tantas provas sucessivas, é pouco provável que, salvos casos excepcionais, existam intelectuais com ardor suficiente para preencherem diversas funções educacionais ou culturais simultâneas segundo exigências muito elevadas. A rotina, por excesso de ambição, engendra o oposto da emulação criadora e fecunda: a simulação como meio de valorização intelectual e como alternativa para a ausência de critérios verdadeiramente universitários de recrutamento ou promoção do pessoal docente e de pesquisa. [...] O que se deve salientar, e esse vem a ser um risco que a coletividade correrá fatalmente, é que o sistema atual de carreira institui a mediocrização forçada. Se não nos livrarmos dele, acabaremos girando em círculos, corrompendo a universidade integrada e multifuncional por falta de coragem para fazer da ‘carreira universitária’ o que ela deve ser: um meio para recrutar os melhores talentos para as lides criadoras mais complexas da transmissão e da invenção de cultura.

A extinção do sistema de cátedra parecia ser consensual na USP. Ao menos, ninguém defendeu sua permanência nas propostas enviadas à Reitoria:

Quanto à unidade funcional de todo o sistema universitário, entendemos que ela deve ser realmente o Departamento. [...] Compreendemos como inadequada a permanência da Cátedra, pois a carreira universitária deve ser aberta a todos quantos, por seus méritos intelectuais e por sua dedicação e trabalho, consigam galgar seus difíceis degraus (FOB, 1968, p. 535).

Em algumas unidades, extinguir as cátedras significava mudança nos currículos de seus cursos, pois as disciplinas estavam vinculadas a esse sistema:

O Departamento é a menor unidade administrativa, didática e científica da estrutura universitária. [...] Desaparece, conseqüentemente, o regime de

Cátedra e o sistema atual de classificação das disciplinas em integrantes, subordinadas e autônomas (FMRP, 1968, p. 473 verso).

A extinção das cátedras, portanto, implicaria necessariamente uma reforma do currículo dos diversos cursos que vinculavam sua estruturação àquele sistema. Daí a importância dada no *Memorial* e por várias unidades à criação da Câmara Curricular ou, alternativamente, à defesa de que as unidades de formação profissional, de maneira autônoma, pudessem estabelecer seus próprios currículos. Estas duas possibilidades eram inconciliáveis.

Com a Reforma Universitária não se buscava somente a extinção das cátedras, mas a efetiva construção de uma carreira universitária. A reivindicação de dedicação exclusiva dos professores à universidade insere-se nesse cenário de fortalecimento profissional do magistério superior:

Com relação à carreira docente, cinco pontos serão considerados básicos: 1) carreira aberta; 2) R.D.I.D.P. para o maior número possível de docentes; 3) avaliação periódica das atividades exercidas pelos docentes; 4) motivação dos elementos para a carreira docente; 5) remuneração condigna (FHSP, 1968, p. 583).

As comissões paritárias das unidades dos *campi* do interior foram as mais ativas na redação de sugestões de aperfeiçoamento do *Memorial*. Foram além do documento original. Entre temas que afetavam diretamente seu ponto de vista sobre a USP, estava a necessidade de transformá-la concretamente em uma universidade de todo o estado de São Paulo:

[A USP] deve ser definida como uma Universidade de âmbito estadual [...], devendo ampliar cada vez mais os assim chamados Campus do Interior (FOB, 1968, p. 530-531, grifo do autor).

Para propiciar a expansão da USP no interior paulista, sugeriam que as faculdades isoladas do Estado fossem gradativamente incorporadas à universidade. Pretendia-se a criação de um sistema universitário paulista integrado:

O sistema isolado de ensino superior fere o conceito de Universidade, além de provocar uma dispersão de recursos, incompatível com o critério de racionalização do trabalho. Sugere-se a integração desse sistema, procurando aglutinar suas Faculdades na USP, criando assim, novos campi, na medida das necessidades e disponibilidades em pontos estratégicos do Estado (ESALQ, 1968, p. 657).

A USP deveria se expandir com a construção de diferentes novos *campi*, que incorporariam as faculdades isoladas então existentes:

Desde que unidades de ensino superior oficial do Estado de São Paulo preencham as condições [de oferecimento de currículos diversificados e de inter-relacionamento dos diferentes currículos], sugere-se que elas sejam reunidas em campus da Universidade de São Paulo (FMRP, 1968, p. 474).

Não se concebia a necessidade de criação, paralelamente à USP, de outras universidades públicas paulistas, como ocorreu posteriormente com a consolidação da UNICAMP ou a aglutinação de faculdades isoladas na UNESP. Pretendia-se que todas fizessem parte de uma única Universidade de São Paulo, com múltiplos *campi* em todo o estado.

Sobre as práticas pedagógicas e a relação didática entre professores e alunos, constatava-se a necessidade de mudanças:

As relações entre professores e alunos deverão ser menos formais do que as existentes, para favorecer a troca de ideias, impondo-se uma filosofia do magistério baseada em atitude que promova a adequação do ensino à realidade social (FHSP, 1968, p. 586).

Buscava-se uma democratização interna na universidade. Para tanto, a hierarquia baseada exclusivamente no saber deveria ser revista:

No plano pedagógico, cumpre dissociar a condição de professor de qualquer privilégio de mando, de autoridade e de dominação. Os estudantes pretendem uma reorganização das relações com os mestres, nas situações de classe e fora delas, que pressupõem a abolição das formas anacrônicas de privilegiamento do saber, da idade e da posição na estrutura dos papéis educacionais institucionalizados socialmente. Querem, pois, eliminar a distância

psicológica, cultural e social que existe entre eles e os professores, a qual impede que as relações pedagógicas e as atividades didáticas sofram qualquer processo de democratização interna. Como têm acesso fácil a muitas fontes de informação, que antes eram relativamente ‘fechadas’, chegam ao ensino superior com maior maturidade intelectual e sentem necessidade de participar dos mecanismos existentes de decisão, repudiam com razão a relutância dos professores em modificar o estilo docente ‘tradicional’ e em abolir as formas correspondentes de exacerbação do ‘poder pessoal’ (Fernandes, 1968, p. 453, grifo do autor).

A ruptura da rigidez na estruturação hierárquica entre professores e alunos era luta privilegiada do movimento estudantil do período, nacional e internacionalmente, como bem demonstraram os acontecimentos de maio de 1968 na França e na USP simultaneamente.

Novos métodos de ensino deveriam ser utilizados, pois havia demandas educacionais que poderiam ser equacionadas com a modernização pedagógica:

As seguintes medidas são sugeridas: a) ampla difusão e aproveitamento de livros textos para servirem de orientação no aprendizado, de preferência ao uso das tradicionais apostilas; b) abolição da separação entre aulas teóricas e aulas práticas, transformando-as em aulas teórico-práticas, permitindo uma participação mais consciente do estudante na aprendizagem e em tarefas auxiliares de pesquisa; c) atingir o número ideal de alunos por classe, a fim de possibilitar o trabalho e a discussão em grupos; d) estimular a adoção do sistema de alunos monitores; e) estimular a organização de seminários pelos alunos e incentivar o uso de biblioteca; f) estabelecer o sistema de um professor orientador por aluno durante o seu curso de graduação (ESALQ, 1968, p. 645).

Cogitou-se a necessidade de reciclagem didática para docentes ineficientes:

[Aos professores que não consigam transmitir seus conhecimentos], nada impede que ele seja aconselhado ou obrigado mesmo a fazer o curso de

Pedagogia, embora o mais acertado fosse criar situações para que desabrochem suas condições inatas (FHSP, 1968, p. 616).

Se os métodos de ensino deveriam ser inovadores, os métodos de avaliação também careciam de renovação:

As seguintes recomendações são apresentadas para efeito de avaliação: a) testes objetivos; b) relatórios; c) seminários; d) assiduidade; e) participação em trabalhos escolares. Periodicamente, alunos e professores deverão avaliar os cursos e o próprio sistema de avaliação. Os seguintes critérios são sugeridos: a) avaliação em termos de faixa de aproveitamento; b) avaliação em função da média da classe; c) avaliação de forma a mais contínua possível (ESALQ, 1968, p. 646).

Recomendamos que seja estudada a extinção dos exames orais, bem como a possibilidade de redução do número de aulas semanais e aumento de trabalho fora da escola, mediante a modificação dos métodos didáticos (FCEA, 1968, p. 486).

As preocupações pedagógicas formaram parte considerável das propostas enviadas pelas diversas unidades à Reitoria da USP em meados de 1968. A melhoria dos processos educacionais era demanda estudantil de grande importância.

A partir de setembro de 1968, o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo dedicou-se à reestruturação da instituição. Foram formados grupos de trabalhos com temáticas específicas para organizar o processo de reformulação. Tais grupos receberam cópias das propostas enviadas à Reitoria pelas diversas unidades (USP, 1968c).

Uma das principais propostas do *Memorial* e de grande parte das unidades foi a de transformar todas as unidades da USP em institutos interdependentes na formação profissional dos alunos. Tal proposta dividiu o Conselho Universitário meio a meio e, por diferença de quatro votos, foi derrotada em 5 de novembro de 1968 (USP, 1968d)⁴. Isto ocorreu na véspera da votação pelo Congresso Nacional do que se tornaria

⁴ Para melhor compreensão do processo de reforma executado pelo Conselho Universitário da USP, é apropriada a leitura de Celeste Filho (2013, p. 157-237).

a Lei 5540/68 (Brasil, 1968), baliza da reforma universitária. Sucumbia aí o cerne das propostas inovadoras da Universidade de São Paulo.

Sem institutos hierarquicamente equivalentes e interdependentes, inviabilizou-se a integração universitária e o livre fluxo dos alunos entre institutos diferentes e, conseqüentemente, a flexibilidade curricular. Ainda assim, algumas das propostas progressistas foram aprovadas pelo Conselho Universitário em fins de 1968 e início de 1969, como a criação da Assembleia Universitária, por exemplo, com representação paritária de professores e estudantes (USP, 1969). Para impedir a implantação de várias das propostas aprovadas pelo Conselho Universitário, por meio do AI 5, foram aposentados compulsoriamente o reitor que dirigia o processo de reformulação, Hélio Lourenço de Oliveira, e dezenas de professores protagonistas das discussões para a reforma da USP. A reestruturação da Universidade de São Paulo foi então bloqueada, revertida e interrompida.

A reforma da USP efetivamente executada pode ser resumida na extinção das cátedras e no desmembramento da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a formação de institutos básicos. Em 1969, a Comissão de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE – assumiu algumas das atribuições propostas para a Câmara Curricular. Contudo, incumbindo-se a CEPE de muitas outras responsabilidades, diluiu-se seu propósito exclusivo de organização dos cursos da USP. Isto impossibilitou a dinâmica de flexibilização dos currículos concebida para a Câmara Curricular. As funções da CEPE não foram nem pálida sombra do que se propunha com a articulação das diversas comissões de ensino na Câmara Curricular. Conseqüentemente, a integração universitária e a flexibilidade curricular, das quais um dos pilares seria a Câmara Curricular, foram mais uma vez abortadas.

Eduardo Moacir Krieger, um dos professores envolvidos na reforma da USP, resumiu os acontecimentos que levaram à derrota da reestruturação da instituição:

A reforma que acabáramos de elaborar não era ‘comunista’ nem muito menos subversiva; procurava-se, após longos estudos e debates, adaptar na USP, com lógica e certa racionalidade, as alterações universitárias já aprovadas em leis federais: abolição da cátedra, criação de departamentos, criação de institutos básicos para evitar duplicações etc. As principais diretrizes da reforma na USP já haviam sido delineadas por um grupo de trabalho presidido pelo Mario Guimarães Ferri, no Memorial Ferri, como era conhecido [o Memorial sobre a

Reestruturação da Universidade de São Paulo]. Como as faculdades tradicionais houvessem ‘perdido’ as áreas básicas para os institutos, era essencial o funcionamento da câmara curricular para estabelecer as disciplinas e coordenar a ministração dos currículos das várias profissões. Naturalmente, a nova universidade requeria que cada um dos campi da USP tivesse uma organização mínima semelhante àquela existente no campus da capital. Haveria colegiados da universidade integrando as atividades dos vários campi. As reações à reforma, e que colaboraram para que ocorressem as aposentadorias, incluindo-se a do reitor Helio Lourenço, provinham de duas fontes: os ‘conservadores’, que não se conformavam com as alterações previstas e os ‘oportunistas’, ansiosos para ocupar cargos e posições de mando na universidade. Estes eram os mais ativos e há fundadas suspeitas de que eram influenciados diretamente por Brasília (Oliveira, 1995, p. 58, grifo do autor).

Florestan Fernandes (1984, p. 65), ao lamentar o fracasso da reforma da USP, afirmou que “[...] a história não se repete. O que passou, passou. A oportunidade perdida não pode ser refeita”. Contudo, a compreensão das propostas da comunidade dessa instituição em um passado recente pode iluminar equívocos persistentes na estruturação das universidades paulistas e nos ajudar, ao menos, a não cometer erros novos.

Segundo Christopher Hill (2014, p. 215-216), ao analisar movimentos progressistas fracassados no passado,

[...] não devemos dizer que as derrotas são vitórias. [...] Seus fracassos em convencer seus contemporâneos são o que devemos analisar e explicar. Isso pode nos ajudar a fazê-lo melhor na próxima vez. [...] Isso nos dará um sentido de solidariedade retrospectiva com tudo o que nos precedeu, e talvez, inclusive, esperança.

Em tempos de nova crise nas universidades públicas de São Paulo, a história, portadora de solidariedade e esperança, é aliada indispensável dos membros da comunidade universitária paulista.

Referências

Antunha, H. C. G. (1974). *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo, SP: CRPE do Sudeste.

Brasil. (1968). Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Seção 1, p. 10369.

Celeste Filho, M. (2013). *A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960*. São Paulo, SP: Unesp.

Cunha, L. A. (1988). *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.

Escola de Comunicações Culturais [ECC]. (1968, 17 de setembro). Observações da Escola de Comunicações Culturais quanto à reforma da Universidade de São Paulo. *Processo da Reitoria da Universidade de São Paulo 29714/66* (Vol. 3, p. 705-709). São Paulo, SP⁵.

Escola de Engenharia de São Carlos [EESC]. (1968, 28 de agosto). Fórum Universitário da EESC. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 2, p. 460-471). São Paulo, SP.

Escola de Enfermagem [EF]. (1968, 16 de setembro). Relatório da Comissão Paritária para estudo do “Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo”. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 691-704). São Paulo, SP.

Escola Politécnica [EP]. (1968, 18 de setembro). Pronunciamento da Congregação da Escola Politécnica. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 752-756). São Paulo, SP.

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” [ESALQ]. (1968, 5 de setembro). Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo, elaborado pelos corpos docente, discente e administrativo da ESALQ. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 631-657). São Paulo, SP.

⁵ Nas demais referências, este processo será abreviado por *Processo RUSP 29714/66*.

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas [FCEA]. (1968, 29 de agosto). Grupo especial de trabalho para estudo dos problemas específicos da FCEA. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 2, p. 479-527). São Paulo, SP.

Faculdade de Farmácia e Bioquímica [FFB]. (1968, 17 de setembro). Ofício GS 1160/68. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 710-713). São Paulo, SP.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [FFCL]. (1968, 18 de setembro). Relatório sobre a reforma da Universidade de São Paulo da Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 564-630). São Paulo, SP.

Faculdade de Higiene e Saúde Pública [FHSP]. (1968, 5 de setembro). Parecer elaborado pela Comissão Mista de pessoal docente, discente e administrativo da Faculdade de Higiene e Saúde Pública sobre a Reforma Universitária. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 564-630). São Paulo, SP.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto [FMRP]. (1968, 30 de agosto). Relatório final das discussões em reuniões paritárias de professores e alunos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 2, p. 472-479). São Paulo, SP.

Faculdade de Medicina Veterinária [FMV]. (1968, 16 de setembro). Pronunciamento da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 682-690). São Paulo, SP.

Faculdade de Odontologia [FO]. (1968, 17 de setembro). Relatório final da Comissão Paritária de estudos sobre a Reforma Universitária do Fórum Odontológico da Faculdade de Odontologia da USP. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 726-733). São Paulo, SP.

Faculdade de Odontologia de Bauru [FOB]. (1968, 2 de setembro). Documento elaborado pela Faculdade de Odontologia de Bauru, durante o Fórum e outras reuniões, sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 2, p. 528-535). São Paulo, SP.

Fernandes, F. (1968, 12 de agosto). A reestruturação da Universidade de São Paulo. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 2, p. 431-459). São Paulo, SP.

Fernandes, F. (1984). *A questão da USP*. São Paulo, SP: Brasiliense.

Fétizon, B. A. M. (1986). *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Goulart, J. (1964). Reforma Universitária. *CAPES*, (136), 1-2.

Hill, C. (2014). Produção historiográfica: desafios e conjecturas, agendas para uma história alternativa. *História e Perspectivas*, (1), 207-234.

Instituto Astronômico e Geofísico [IAG]. (1968, 17 de setembro). Ofício IAG 629/68 – IHA-GS. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 757-761). São Paulo, SP.

Instituto de Biologia Marinha [IBM]. (1968, 16 de setembro). Sobre a reestruturação do Instituto de Biologia Marinha na Universidade de São Paulo. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 673-681). São Paulo, SP.

Instituto de Estudos Brasileiros [IEB]. (1968, 29 de agosto). A posição do Instituto de Estudos Brasileiros no Memorial sobre a Reestruturação da Universidade de São Paulo. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 2, p. 536-552). São Paulo, SP.

Instituto de Geografia [IG]. (1968, 17 de setembro) Ofício IG/SG 167/68. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 762-765). São Paulo, SP.

Instituto Oceanográfico [IO]. (1968, 17 de setembro). Ofício IO 1390/68. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 766-771). São Paulo, SP.

Instituto de Pré-História [IPH]. (1968a, 12 de setembro). Ofício IPH de 12/09/1968 e Ofício IPH 56/68 D. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 658-664). São Paulo, SP.

Instituto de Pré-História [IPH]. (1968b, 25 de setembro). Ofício IPH de 12/09/1968 e Ofício IPH 56/68 D. *Processo RUSP 29714/66* (Vol. 3, p. 773-775). São Paulo, SP.

Oliveira, H. L. (1995). *USP: 1968-1969*. São Paulo, SP: Edusp.

Ribeiro, M. G. M. (1999). Algumas considerações sobre o modelo único de instituição na Reforma Universitária de 1968. *Revista da Associação de Pós-Graduandos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, 8(20), 19-38.

Sawaya, P. (1963). As faculdades de Filosofia em face da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Ciência e Cultura*, 15(4), 341-344.

Silva, M. R. (1965). Repercussões da LDB sobre a organização do ensino superior. *Documenta*, (38), 9-21.

Universidade de São Paulo [USP]. (1968a). *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP: USP.

Universidade de São Paulo [USP]. (1968b, 1 de julho). *Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo* (Liv. 33, 600ª sessão). São Paulo, SP.

Universidade de São Paulo [USP]. (1968c, 20 de setembro). *Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo* (Liv. 34, 607ª sessão). São Paulo, SP.

Universidade de São Paulo [USP]. (1968d, 5 de novembro). *Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo* (Liv. 35, 621ª sessão). São Paulo, SP.

Universidade de São Paulo [USP]. (1969, 29 de abril). *Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo* (Liv. 37, 644ª sessão). São Paulo, SP.

Submetido em: 21/10/2015

Aprovado em: 29/08/2016